

PORTUGUÊS DO BRASIL E CULTURA BRASILEIRA: TRANSNACIONALIDADE COM O CELPE-BRAS

PORTUGUESE OF BRAZIL AND BRAZILIAN CULTURA: TRANSNACIONALIDADE WITH THE CELPE-BRAS

Tania Regina Martins Machado¹

RESUMO: Neste artigo, procuramos observar como o CELPE-Bras, exame de domínio do Português brasileiro para estrangeiros, divulga e faz circular no exterior a Língua e a cultura brasileira. Para tanto, em um primeiro momento buscamos reconhecer nele o emprego dos elementos da brasilidade, como o samba, a feijoada, o carnaval, etc. Em um segundo momento, procuramos compreender como tais elementos são representativos da identidade do ‘Ser’ brasileiro. Por fim, nos baseamos no conceito de ‘transnacionalidade’ do Português do Brasil (ZOPPI-FONTANA, 2007), para sustentarmos que junto dessa Língua, esse exame também torna ‘transnacional’ a cultura brasileira.

Palavras-chave: elementos da brasilidade; CELPE-Bras; Português brasileiro; transnacionalidade linguística e cultural.

ABSTRACT: In this article, we look for to observe as the CELPE-Bras, examination of domain of the Brazilian Portuguese for foreigners, divulges and makes to circulate in the exterior the Language and the Brazilian culture. For in such a way, at a first moment we search to recognize in it the job of the elements of the brasility, as the *samba*, the *feijoada*, the *carnival*, etc. At as a moment, we look for to understand as such elements are representative of the identity of ‘Brazilian Ser’. Finally, on them we base on the concept of ‘transnationality’ of the Portuguese of Brazil (ZOPPI-FONTANA, 2007), we will support that together this Language, this examination also becomes ‘transnational’ the Brazilian culture.

Keywords: elements of the brasility; CELPE-Bras; Brazilian Portuguese; linguistic and cultural transnationality

ELEMENTOS DA BRASILIDADE NO CELPE-BRAS

Para tratarmos dos elementos da brasilidade, tomamos como objeto de estudo o CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros) – exame que dá a certificação de domínio do Português do Brasil a estrangeiros.

¹ Mestre em Linguística, Universidade Federal de Santa Maria – tania-mm@hotmail.com.

Para tanto, consideramos o contexto sócio-histórico em que se dá a elaboração e aplicação do exame, além disso, observamos as imagens e cores que o compõem. Dessa forma, concordamos com Diniz (2005, p. 2), quando sustenta que “elementos do **discurso fundador** funcionam como referência no imaginário constitutivo do Brasil também quando o espaço de enunciação do português brasileiro é ampliado”.

No entanto, para se chegar à noção de ‘discurso fundador’, empregada pelo pesquisador, faz-se necessário um percurso teórico que passa por Pêcheux e Orlandi. Segundo Pêcheux (1990, p. 17), em toda comunidade há inúmeros rituais, como batizados, enterros, aulas em escolas, etc. Entretanto, o que focalizamos aqui é que o pensador chama atenção para a realidade de que “não há um ritual sem falha”, que e é nesta ‘ruptura’ que este se quebra, com o lapso ou com o ato falho. É quando “o frágil questionamento de uma ordem” pode “romper o círculo da repetição”. Assim, é no ato falho, ou no lapso que acontece em um ritual que surge o novo, a ‘ruptura’ entre o que era e o que virá a ser, surge então uma nova tradição de sentidos. Orlandi (1993) encontra aportes em tal noção pecheutiana para pensar a noção de ‘discurso fundador’, um discurso que irrompe entre as falhas de algum ritual e instaura outra “tradição” de sentidos. Assim, “ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra” (ORLANDI, 1993, p. 13).

Compreendemos, desta forma, como ‘discurso fundador’ a ruptura com os discursos já existentes e a instauração de nova ordem de sentidos. A partir deste embasamento emprestado da Análise do Discurso, passamos a tomar o CELPE-Bras como um elemento que integra uma política externa, uma política linguística, por tratar-se de um instrumento internacionalmente difusor da cultura e da Língua Portuguesa do Brasil. Este exame rememora o ‘discurso fundador’ do Brasil através dos elementos da brasilidade que o compõem – cores, símbolos nacionais, natureza, cultura, gente, etc.

Vemos, assim, que há uma forte relação entre o ‘discurso fundador’ do Brasil e o ‘discurso da brasilidade’, pois este, ao constituir-se, rememora aquele, e re-significa o ser brasileiro, definindo o país. Visto que, segundo a autora, o ‘discurso fundador’ contribui em grande medida para a formação do imaginário de um país, e acaba influenciando na formação da memória nacional. Refletindo acerca da instauração do ‘discurso fundador’, Orlandi (1998) conclui que ele se dá a partir do sem-sentido, ou seja, quando é precisa explicar o novo, busca-se na tradição de sentidos, na memória, algo que dê sentido àquilo que deve ser explicado. De tal forma, considera que os ‘discursos fundadores’ são ‘lugares de memória’. Então, ao fundar um discurso, instaura-se aí uma ‘memória’.

Considerar o caso do Brasil é relevante, neste sentido, pois quando os portugueses chegaram aqui encontraram um mundo de coisas que não conheciam. Desta maneira, precisaram recorrer ao que conheciam para atribuir sentido àquilo que encontraram. De tal forma, alguns discursos históricos marcaram, não só a História, como o ‘Ser’ brasileiro, esses são ‘discursos fundadores’ que criaram uma tradição de sentidos, com um passado incontestável e influenciam o dia-a-dia dos brasileiros. Um dos mais célebres ‘discursos fundadores’ do Brasil é reconhecido nas palavras de Pero Vaz de Caminha – escrivão de bordo que acompanhou Pedro

Álvares Cabral – quando se deu o descobrimento do Brasil: “em se plantando tudo dá”. Visto que, a primeira versão é a seguinte:

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (CAMINHA, 1500).²

A respeito de sua perpetuação na memória nacional, a autora, considera que o que faz o discurso ser propagado como sentido dado é a ‘imagem enunciativa’ que se constrói sobre ele – a versão mantida, que gera uma identidade histórica, legitimada e institucionalizada. Segundo ela, a passagem do sem-sentido ao sentido se dá através do simbólico, pois nele não atua a razão, mas o inconsciente. O gesto de atribuir sentido é um modo de identificação que retorna sobre aquele que o atribui, é uma forma de identificar-se no mundo (ORLANDI, 1998).

Ao analisar o *Diálogo sobre a Conversão Gêntio* (escrito em 1558 ou 1557, pelo Padre Manoel da Nóbrega), considerado o discurso fundador da literatura brasileira, a autora considera que ele construiu uma fundação interpretativa da brasilidade, ou seja, pelo gesto de interpretação, esse enunciado é entendido dentro do ‘espírito brasileiro’. Este é o resultado da ordem de sentido, isto é, dos efeitos do jogo de língua inscritos na materialidade da história. De tal forma, a autora coloca que o papel mais importante deste texto não é encontrado na literatura brasileira, mas o fato de que a materialidade de sua escrita atesta uma brasilidade nascente. Pois esse discurso cria um novo lugar de significação, cria outro discurso no discurso, um discurso sobre o brasileiro, o que constituiu o ‘discurso fundador da brasilidade’ (ORLANDI, 1998, p. 134).

Tal análise é realizada pela autora em *Les discours fondateurs de la brésilieneté*, e, a partir dela constata que nessa região de sentido se fundou um discurso negativo sobre o que significa ‘Ser’ brasileiro. Assim, inconstância e irresponsabilidade foram características típicas reconhecidas, precipitadamente, nos brasileiros, pois graças a equívocos interpretativos, os brasileiros passaram a ser conhecidos pela preguiça, mentira, ociosidade confiança excessiva no futuro e por hábitos muito ruins. Portanto, estes seriam atributos naturais do Brasil (ORLANDI, 1998).

A partir dessas considerações teóricas, compreendemos, então, por ‘discurso fundador da brasilidade’ aqueles enunciados, ou melhor, aquelas ‘imagens enunciativas’ (ORLANDI, 1998) sempre reivindicadas quando se busca identificar ou definir o brasileiro, seja em sua essência ou em seu modo de ser. Mas que, conforme o exposto acima, remontam uma tradição de memória particular, que estabelecem um direcionamento para o gesto interpretativo a partir de um passado, por ela dado como inequívoco. Assim, a definição do ‘Ser’ brasileiro, passa, obrigatoriamente, por essa memória nacional, pela tradição de sentidos instaurada com os ‘discursos fundadores da brasilidade’.

² Carta a El Rei D. Manuel, disponível em: <<http://www.studioamerica.com.br/500/carta.htm>>.

Mas, como podemos observar nesse Certificado a rememoração do ‘discurso fundador da brasilidade’? E esse exame é estruturado por meio de áudios, vídeos e textos que reproduzem a tradicional ideia da fartura no país, do Brasil como um território rico em reservas naturais, de terra fértil, capaz de produzir tudo o que nele for plantado, etc. Tal característica do exame baseia-se no discurso histórico que constitui a ‘certidão de nascimento do Brasil’ (BUENO, 2000), ou seja, retoma o sentido da brasilidade presente na carta que informa a descoberta do Brasil ao rei de Portugal, escrita por Caminha, esse é um “discurso fundador”, que apresenta ao mundo um novo mundo.

Esse ‘discurso fundador’ do Brasil é rememorado, e re-significado com aquilo que Ortiz (1994) chamou de ‘documento de identidade do Brasil’, ou seja, com o livro *Casa Grande e Senzala*, em que Holanda reformula a composição resultante da miscigenação do branco, do índio e do negro. O Brasil continua a ser visto como um país rico, graças a todas as qualidades naturais que possui, mas, além disso, por sua gente, que trabalha para que ele seja cada vez melhor. A partir dessa obra de Holanda, o negro passa a integrar a brasilidade, é um elemento a mais na ‘mistura’ que resulta no ‘Ser’ brasileiro, e a cultura, antes do negro, passa a servir como identificador nacional.

Novamente o ‘discurso fundador’ é rememorado e re-significado durante o Brasil Império, quando o país é considerado em sua imersão na América Latina. Neste contexto, ele passa a figurar em relações internacionais, e caracterizando o Brasil como um país pacífico, que prefere passar uma boa imagem através da diplomacia, que pela imposição de sua superioridade, ou, conforme refere Holanda (1997), prefere usar o diálogo que a força. Verificamos, então, nesses três momentos em que houve ruptura na história do Brasil, que houve uma reinterpretação do ‘discurso fundador’ e da concepção da brasilidade, de tal forma que, à imagem do Brasil vêm sendo agregados novos sentidos, e ainda hoje o país é visto como rico, graças aos seus bens naturais e aos valores de sua gente.

O CELPE-Bras, além de rememorar vários elementos que remontam ao ‘discurso fundador da brasilidade’ (ORLANDI, 1998), através de elementos como o samba, a feijoada, como o futebol, também é um ‘discurso fundador’ do Português brasileiro para estrangeiros. Isso porque é um exame elaborado pelo MEC, órgão oficial, ou seja, com a elaboração desse exame, o Estado assume a existência de uma variante do Português que é diversa da de Portugal, e, além disso, cria uma política de promoção do Português L. E.. O Estado, através do MEC, se utiliza dos elementos da brasilidade, e do ‘discurso fundador’, constituinte deles, para fundar um novo discurso sobre a língua do Brasil, nele aparece a variante do Brasil pensada na perspectiva de Língua Estrangeira. Em realidade, a criação do exame que certifica o Português brasileiro é um reconhecimento daquilo que ocorria na prática, pois, ao observarmos por uma perspectiva de Política de Língua, a comunidade brasileira já empregava um Português que não era o de Portugal, mas o Português brasileiro, que se foi constituindo em seu uso, pelos brasileiros, nas situações cotidianas e em resposta ao contexto natural, histórico e social do país.

Nesse exame aparece a ‘memória’ do ‘Ser’ brasileiro, da constituição natural do lugar em que esse homem vive, dos costumes que fazem parte da sua cultura e da língua que surge neste ambiente político e social. A respeito dessa questão, Pêcheux (1999, p. 50) nos dá o direcionamento do que pode ser entendido como ‘memória’: “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.”

Nessa composição, imagens como a da Bandeira fazem parte dessa ‘memória’ do Brasil, geralmente fundadas em suas características culturais e/ou naturais. Este exemplo é especial porque, além de apresentar o símbolo máximo do Estado brasileiro, recorda a frase que integra a Bandeira: ORDEM E PROGRESSO, palavra de ordem inspirada no Positivismo de Augusto Comte - ideologia que surgiu na segunda metade do século XIX, o princípio da razão, que era aplicado às ciências, passou a influenciar toda organização social - e que aqui funciona como uma ‘memória’ do povo brasileiro.

Essa ‘ideologia’, que muito influenciou na constituição da República do Brasil (FERRARI, 2009), é comumente acessada pelo povo brasileiro. Seu recorrente emprego no exame serve para reforçar a idéia de soberania nacional do Estado brasileiro. Neste sentido, verifica-se o funcionamento de uma ‘ideologia’ sob a ação do Estado, que se utiliza de elementos da memória nacional e os emprega nesse Exame. A partir da utilização desses símbolos que remetem à brasilidade, difunde sua língua, mas, sobretudo, acaba por criar efeitos de sentido sobre o Brasil.

A imagem da Bandeira com suas cores, com a palavra de ordem em destaque no centro, provoca o sentimento de orgulho no povo, de pertencimento ao que é nacional. Este quadro compõe uma clara invocação do discurso de brasilidade – “uma complexa região de sentidos que configura um processo de identificação para a cultura, língua e povo brasileiros” (DINIZ, 2005, p. 2). Tal consideração está de acordo com o que Diniz (2008) chamou de “eco do discurso de brasilidade”, que ressoa constantemente na composição do Exame.

Compreendemos então, que o Estado busca, com tal instrumento - a formação de uma política linguística -, enunciar-se em um novo espaço, e aí estabelecer nova significação. Para isto, evoca a ‘memória identitária do povo brasileiro’ (GUIMARÃES, 1993), neste ínterim, o ‘gesto fundacional do discurso da brasilidade’ (ORLANDI, 1993) é explicitado nas imagens que remetem às peculiaridades brasileiras. E esta imagem, então, é renovada, atualizada e lançada para o exterior do país, integrando a ‘política de transnacionalização do português brasileiro’ (ZOPPI-FONTANA, 2007).

Esta ‘memória’, que é do povo brasileiro, passa a ser transnacional; a imagem sobre essa língua, sobre essa cultura é levada a todos os países que possuem aplicação do exame CELPE-Bras. A partir desse fato, podemos pensar que funciona tanto como um convite para conhecer o país, e suas singularidades, como uma propaganda de um país que é rico, por sua cultura, por sua natureza e pelo valor do seu povo, de tal forma, legitimado para figurar entre os grandes (‘discurso da brasilidade’ – ORLANDI, 1998).

Verificamos, inclusive, ao observar sua estrutura, que esse instrumento se articula sobre a significação histórica e política de textos verbais e “não-verbais”³ para avaliar o domínio da língua. Com as palavras abaixo, a professora Norimar Júdice, UFF, integrante da Comissão Técnica dessa Avaliação, justifica o emprego de imagens para o trabalho com o Português L. E.:

Devido às múltiplas e amplas aberturas que apresentam, os textos não-verbais podem funcionar no processo de ensino/aprendizagem de LE como instigantes materiais desencadeadores de atividades de leitura e produção oral e escrita, nas quais os estudantes ativem seus saberes e habilidades, posicionando-se criticamente diante da realidade. (JÚDICE, 2005, p. 34).

Muitos dos elementos da brasilidade utilizados no exame articulam-se sobre imagens brasileiras, como de sua fauna e flora, de brasileiros, de símbolos nacionais, etc., por esse motivo, tratamos da leitura da imagem. Neste sentido, consideramos importante o trabalho com este instrumento, pois encontramos na imagem uma forma de leitura que potencializa a do texto que a acompanha. Segundo Pêcheux:

[...] a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito. (PÊCHEUX, 1999, p. 51).

Sobre essa questão, Aumont (1993) sustenta que o processo de percepção de uma imagem é universal e inerente à espécie humana, isto é, qualquer imagem é dependente de um espectador que a compreende, arbitrariamente ou não, que inventa e dá a ela um sentido cultural quase imediato. O que nos dá subsídios para o entendimento de que a produção de sentidos se dá no leitor, no momento da leitura – no caso do CELPE-Bras, os sentidos se dão pela leitura dos textos e de imagens que remetem ao Brasil, através do ‘discurso da brasilidade’.

Em relação a essa mesma problemática, recorremos a Pillar (1993, p. 77). A autora traz sua consideração do que seria ler uma imagem, de modo que, ler uma imagem é “compreendê-la, descrevê-la, decompô-la e recompô-la para apreendê-la como objeto a conhecer”. Sobre a temática, destaca ainda que, uma imagem propicia uma infinidade de leituras devido às relações que seus elementos sugerem.

Para se fazer a leitura das imagens do Brasil que integram o CELPE-Bras, compreendemos que ela deve ser observada no contexto em que está inserida. Para ficar mais clara a relação que fazemos do emprego de materiais autênticos no exame, citamos, por exemplo, o emprego de folders publicitários como instigante de atividades do exame, assim como, músicas e filmes brasileiros. Visto que, servem tanto

³ Segundo Júdice (2005, p. 32), como “texto não-verbal”, entendemos aquele cuja trama pode ser constituída apenas por imagens, como fotografia, cartum ou associadas a textos verbais, como histórias em quadrinhos, etc.

como materiais que proporcionam a avaliação do domínio da Língua Portuguesa do Brasil, como também constituem um meio de divulgação dos atrativos do país, no exterior. Estimulando, portanto, a comercialização de outros bens agregados à Língua, como os da indústria cultural e a indústria do turismo.

Nesse caso, encontramos no Certificado uma forma de gerar benefício econômico ao país, o que é possível ao se explorar as características do Brasil, agregando valor à língua que veicula, valorizando, por conseguinte, aquilo que o caracteriza como povo e nação, a brasilidade, e tornando-a institucionalizada, ao fazê-la integrar esse Exame. Tendo em vista tal consideração, nos parece importante recordar a noção de ‘autoria’, de ‘efeito autor’, ‘efeito leitor’ e a noção de ‘interpretação’ (ORLANDI, 2004). A partir dessas noções, temos que aquele que escreve imagina seu leitor, de modo que o seu leitor é idealizado, e nesse movimento de criação, tenta prever a interpretação e controlar os sentidos da mesma.

Corroboram para a compreensão desta estruturação entre leitura e escrita as palavras de ZEN (2008, p. 31), segundo quem, “Toda representação implica em um gesto de leitura. Para a constituição de um texto, o autor, inserido numa formação discursiva e formação ideológica, imagina um leitor e escreve para esse leitor imaginário”. De acordo com a estrutura do instrumento em questão, pode-se localizar a figura do leitor no público ao qual se destina o exame, além de inferir que a comissão responsável pela elaboração do instrumento busque a ‘antecipação’ da leitura do Brasil que será feita. Portanto, a interpretação que se dará por parte do leitor, pelo público estrangeiro que realizará a prova, fará com que a avaliação também seja responsável pela constituição de sentidos sobre o Brasil, sua língua e sua gente. O CELPE-Bras significa não só a língua brasileira, mas também o país, e, ao empregar materiais autênticos em suas atividades, torna-se responsável pela representação que os mesmos veiculam sobre o Brasil.

Além disso, ZEN (2008, p. 31-32) salienta que “haverá diferentes modos de leitura, dependendo do contexto em que se dá e de seus objetivos. A instauração do autor e do leitor em sua relação como sujeitos é a base para a contextualização da leitura, pois sujeitos e sentidos são elementos do processo de significação.” Entretanto, PÊCHEUX (1990, p. 20) nos estimula a ‘desfazer as obviedades’, a procurar no visível do discurso, aquilo que é “invisível”, e que lhe dá, na verdade, o “movimento real”. Assim, partimos para o trato com a representação do Brasil nesses elementos que retomam a brasilidade, ou seja, naquilo que se interpreta ao ver, ler, ou escutar algo que remeta ao nosso país, pois na superfície do ‘visível’ há muito mais daquilo que é apenas ‘visível’.

A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL ATRAVÉS DOS ELEMENTOS DE BRASILIDADE NO CELPE-BRAS

A ação de representar se dá na tensão das relações que ocorrem dentro do limite de permanecer o mesmo, de não transpor os limites, ou, por outro lado, de transpô-lo e estabelecer novas relações de sentido. Entretanto, se não se vence a

fronteira da diferença, se não se rompe com o mesmo, não se alcança o cerne da identidade. A decifração do mundo passa pelo movimento de interpretação, que se dá por similitude e analogia, assim, tem-se a ilusão da identidade. No interior dessa problemática, Foucault (2007) esclarece ser essa uma falsa obviedade, pois, segundo ele: “Os signos legíveis não são semelhantes a seres vivos” (FOUCAULT, 2007, p. 64). E complementa: “os signos da linguagem não têm como valor mais do que a tênue ficção daquilo que representam” (FOUCAULT, 2007, p. 66).

Então, a representação se dá com a busca da identidade, na imagem que construímos, é uma identidade imaginária, é ficção? Segundo o autor, buscamos na ficção da linguagem a verdade, mas tal verdade é imaginária, ela “não está na relação das palavras com o mundo, mas nessa tênue e constante relação que as marcas verbais tecem de si para si mesmas” (FOUCAULT, 2007, p. 66-67). Neste sentido, a ficção, verdade representada, “tornou-se poder representativo da linguagem” (FOUCAULT, 2007, p. 67).

Foucault (2007) esclarece que do século XVI ao XVII há uma mudança de pensamento a respeito da temática. Deste modo, ocorre a passagem do saber clássico ao saber científico. Assim, a similitude não é mais a forma do saber, sendo que, no início do século XVII ganha espaço como saber as relações entre identidade e diferença. Neste momento, há duas teorias modernas que tratam da representação, a dos filósofos cartesianos e a dos não-cartesianos, das teorias das ideias, e Foucault filia-se ao último grupo. Segundo o autor, perde importância a observação das relações de semelhança entre os objetos. Assim, a apreensão dos mesmos passa a ser buscada nas relações que excluem e incluem uns dos outros. Aproximando esse pensamento ao campo da linguagem, tem-se à percepção de que ela não é a coisa em si, mas a representação que tomamos para um determinado objeto. Dá testemunho disso, o trecho abaixo transcrito de *As palavras e as coisas*:

[...] pois que a linguagem rompe seu velho parentesco com as coisas, para entrar nessa soberania solitária donde só reaparecerá, em seu ser absoluto, tornada literatura; pois que aí a semelhança entra numa idade que é, para ela, a da desrazão e da imaginação. (FOUCAULT, 2007, p. 67).

Entretanto, o próprio pensador reconhece que “Não é fácil estabelecer o estatuto das discontinuidades para a história em geral”. (FOUCAULT, 2007, p. 68). Assim, a partir da perspectiva da filosofia, afirma que:

O descontínuo – o fato de que em alguns anos, por vezes, uma cultura deixa de pensar como fizera até então e se põe a pensar outra coisa e de outro modo – dá acesso, sem dúvida, a uma erosão que vem de fora, a esse espaço que, para o pensamento, está do outro lado, mas onde, contudo, ele não cessou de pensar desde a origem. (FOUCAULT, 2007, p. 69).

A esse pensamento foucaultiano propomos uma possível relação ao de Auroux (2008), pois, segundo este, as representações humanas constituem um dos objetos mais importantes da filosofia tradicional e sobre esses pensamentos foram desen-

volvidas outras áreas, como a filosofia das ciências ou a história das mentalidades. Assim, sobre essa questão, Auroux coloca que:

Os seres vivos do tipo “animal” são caracterizados pela possibilidade de serem “afetados”, ou seja, de terem estados internos em função de suas relações com o ambiente. Dentre aquilo que os afeta, existem algumas impressões que possuem a propriedade de ser automaticamente relacionadas/relacionáveis aos objetos e aos sujeitos do mundo exterior, não simplesmente como causas, mas como algo que pode eventualmente valer em seu lugar. (AUROUX, 2008, p. 125).

Também, segundo Auroux (2008, p. 125), atualmente os estudos preocupados com a representação se dedicam à “análise da natureza e das funções dos *meios* externos das representações (línguas e linguagens, sistemas gráficos e, de forma geral, todos os sistemas simbólicos.)”. Encontramos assim, correspondência direta da colocação desse autor ao pensarmos o CELPE-Bras como um meio de circulação da Língua Portuguesa do Brasil e como a representação do Brasil se manifesta nele, através de elementos da brasilidade. Sendo assim, nos voltamos para o que Auroux (2008, p. 125) chamou de “**externalidades cognitivas** (os livros, as bibliotecas, as calculadoras, etc.) que levam a ultrapassar as capacidades por meio de instrumentos técnicos e significantes.” Ou seja, voltamo-nos para nosso instrumento, o CELPE-Bras.

Nele, observamos a brasilidade, que, segundo entendemos, retoma o mesmo, ainda que em outro tempo e de outra maneira, mas sempre retornando à origem, ao ‘discurso fundador’ (ORLANDI, 1993). Assim, o descontínuo (FOUCAULT, 2007), a ruptura na elaboração da identidade do brasileiro sempre passa pela interpretação do discurso como o da carta enviada por Pero Vaz ao rei de Portugal, de que as terras descobertas eram férteis e propensas a dar bons frutos (à coroa portuguesa). Posteriormente, a fertilidade é substituída por riquezas naturais (no imaginário sobre o Brasil), e os beneficiados com isso passam a ser os brasileiros. Verificamos, portanto, a descontinuidade no ‘discurso da brasilidade’ em busca da identidade do ‘Ser’ brasileiro. Mas essa mudança no discurso passa pela reinvenção do discurso anterior. Assim, o novo discurso é diferente deste, mas não totalmente desligado dele. É, na verdade, uma nova versão para o velho ‘discurso fundador’ do Brasil.

Assim, na virada do século XVI a XVII, impõem-se as relações entre identidade e diferença sobre a simples similitude. Esse é o novo paradigma para a compreensão do sentido, em que um elemento integra uma série de outros elementos, e eles compõem um campo de significação. Sendo assim, privilegia-se a compreensão da diferença entre o saber clássico e o saber científico. Neste, cada elemento é responsável pela representação de uma determinada coisa, embora exista semelhança entre componentes de uma mesma série. Para sua compreensão se faz necessário o discernimento:

O discernimento impõe à comparação a busca primeira e fundamental da diferença: obter pela intuição uma representação distinta das coisas e apreender claramente a passagem necessária de um elemento da série àquele que se lhe sucede imediatamente. (FOUCAULT, 2007, p. 76).

Por isso, Foucault (2007, p. 83) afirma que “o signo, para funcionar, deve estar ao mesmo tempo inserido no que ele significa e dele distinto”. Por essa razão, torna-se tão trabalhoso separar o que é uma coisa ou o que é apenas sua representação.

Em nosso trabalho figuram inúmeros signos, elementos da brasilidade, em realidade, estabelecidos por convenção como símbolos nacionais, alguns oficiais, outros não - apenas tomados por empréstimo graças à representatividade que exercem sobre o ‘Ser’ brasileiro. Podemos exemplificar essa representatividade do que é nacional (brasileiro) com o Hino e com a bandeira Nacional e, por outro lado, com a música criada no Brasil (como o samba). Observamos que há uma relação de convenção entre eles (os símbolos) e o país em questão, embora não seja linear, haja vista que os primeiros foram criados com esse devido fim, representar o Brasil, enquanto o último foi criado por brasileiros e, posteriormente, reconhecido pelo Estado como representativo da brasilidade. A respeito do emprego dos signos por convenção, Foucault (2007) destaca que:

[...] quando se estabelece um signo de convenção, pode-se sempre (e é preciso, com efeito) escolhê-lo de tal sorte que ele seja simples, fácil de lembrar, aplicável a um número indefinido de elementos, suscetível de se dividir ele próprio e de se compor, o signo de instituição é o signo na plenitude de seu funcionamento. (FOUCAULT, 2007, p. 85).

A partir da asserção de Foucault (2007) podemos refletir sobre os inúmeros elementos da brasilidade – que estabelecem a representação simbólica do país, de seus costumes, de sua cultura, de seu povo – amplamente empregados no CELPE-Bras. Não podemos esquecer, no entanto, que instrumentos como este são objetos históricos (AUROUX, 2008); assim, se considerarmos que eles se desdobram e se decompõem em outros, compreendemos como as cores da bandeira, isoladas, significam nosso país - em época de Copa do Mundo e de Olimpíadas o verde e o amarelo são o Brasil no mundo. Este exemplo ilustra também as relações simbólicas que há entre eles, todos os desdobramentos dos símbolos oficiais representam, tanto dentro quanto fora de seu território, o patriotismo do ser brasileiro, o país como uma unidade.

Podemos estender essas considerações ao campo linguístico que integra o exame de que tratamos. Pois “[o sistema dos signos], é ele que aproxima todo saber de uma linguagem e busca substituir um sistema de símbolos certificados e de operações de natureza lógica”. (FOUCAULT, 2007, p. 87). Para ficar mais claro o emprego que fizemos dessa colocação, consideramos que o CELPE-Bras apresenta o Brasil ao estrangeiro através de uma série de elementos que simbolicamente representam o país – sua comida, sua música, sua arte, etc. O exame avalia o domínio do uso do Português brasileiro, mas se há falha na compreensão da língua, a linguagem visual, auditiva, etc, reduz a proporção dos equívocos durante a comunicação. Além do que, sobretudo, essa rede de símbolos fixa no outro o que é o/do Brasil, de modo que:

Todas as representações são ligadas entre si como signos, em conjunto, formam como que uma imensa rede; cada uma na sua transparência se dá como o signo daquilo que ela representa; (FOUCAULT, 2007, p. 90-91).

Por fim, ao considerarmos que inúmeros elementos da brasilidade se organizam, ou são organizados, em uma rede, um conjunto para representar o Brasil e significá-lo, consideramos importante o fato de que “o sentido não poderá ser mais que a totalidade dos signos desenvolvida em seu encadeamento; ele se dará no *quadro* completo dos signos.” (FOUCAULT, 2007, p. 91). Isso nos leva a pensar que a brasilidade não está em um símbolo, por ventura, elevado à categoria de representante da brasilidade, mas um pouco em cada um deles que integra a brasilidade, que dá a ideia de pertencimento ou que é originário do Brasil. Assim, ao considerarmos um desses elementos, sempre, obrigatoriamente, retomaremos outros que compõem o mesmo quadro, que são, por conseguinte, responsáveis pela imagem do Brasil, por sua representação, dentro ou fora dos limites de seu território.

CONSIDERAÇÕES

Neste artigo tratamos de duas questões relacionadas ao exame CELPE-Bras no exterior. A circulação do Português brasileiro, que se dá com a preparação para prestar o exame, ou mesmo apenas com sua realização por estrangeiros, dentro e fora do Brasil. Como também, a difusão dos elementos de brasilidade, devida a tal circulação do exame. Esses elementos são encontrados nas representações das características psicológicas dos brasileiros - como sua alegria e receptividade, de seus hábitos gastronômicos - apresentando comidas e bebidas típicas, como a feijoada e a cachaça, ou mesmo, de suas festas e ritmos - como o carnaval e o samba, etc.

Recordamos, mais uma vez, que esse exame avalia o domínio da Língua em uso e que, para tanto, estrutura suas atividades sobre materiais autênticos que tratam do contexto brasileiro e, portanto, abordam elementos como os citados acima. Assim, são instrumentos dessa avaliação: áudios, vídeos, textos, etc. que apresentam ao mundo, além da Língua Portuguesa do Brasil, hábitos e costumes representativos do ‘Ser’ brasileiro.

Consideramos, além do mais, que o ensino/aprendizagem de uma língua, e mesmo seu uso, não se dá de forma isolada de sua cultura. O que nos leva a pensar que com a transnacionalização do Português do Brasil (ZOPPI-FONTANA) há também a transnacionalização da cultura brasileira pelo CELPE-Bras e que, embora o foco dessa promoção, divulgação, valorização seja a questão linguística, junto a ela se estabelece a questão econômica. Viabilizada e/ou multiplicada pelas relações linguístico-culturais presentes no Exame, ela se realiza, sobretudo, na indústria do turismo e também na indústria cultural, com a venda de livros, músicas, filmes, etc.

REFERÊNCIAS

- AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papyrus, 1993.
- AUROUX, Sylvain. A questão da origem das línguas, seguido de *A historicidade das ciências*. Tradução de Mariângela Peccioli Gali Joaquinho. Campinas: Editora RG, 2008.
- BUENO, Eduardo. *Brasil: terra à vista!* A aventura ilustrada do descobrimento. Porto Alegre, RS: L&PM, 2000.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel [1500]*. Disponível em: <<http://www.studioamerica.com.br/500/carta.htm>>. Acesso em: 25 maio 2010.

DINIZ, Leandro R. A. *Para uma análise discursiva do processo de gramatização do Português como língua estrangeira no âmbito do MERCOSUL*. Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xiiicongresso/paincis/016548.pdf>>.

_____. *Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unicamp, Campinas, SP, 2008.

FERRARI, Márcio. Auguste Comte: o homem que quis dar ordem ao mundo. In: *Revista Nova Escola* – on-line. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/auguste-comte-423321.shtml>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

FOUCAULT, Michel. Chapter. III. Represent. In: _____. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 63-105.

GUIMARÃES, Eduardo. Independência e morte. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JÚDICE, Norimar. Seleção e abordagem de fotografias, cartuns e quadrinhos no ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros. In: JÚDICE, Norimar (Org.). *Ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros*. Niterói: Intertexto, 2005. p. 31-51.

ORLANDI, Eni P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. Les discours Fondateurs de la brésilienneté. In: Naissance du Brésil moderne. 1500 – 1808. Civilisations n. 22. Presses de l'Université de Paris – Sorbone. 1998. p. 131-142.

_____. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas: (19): 1-179, jul./dez. 1990 [1982].

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PILLAR, Analice D. A leitura da imagem. In: PILLAR, Analice D. (Org.). *Pesquisa em artes plásticas*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPAP, 1993. v. 1, p. 77-86.

ZEN, Tânia M. C. *A constituição do sujeito-leitor na crônica fotográfica*. 2008. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Linguística, Unicamp, SP, SBU, 2008. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000428334>>.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. A Língua brasileira no MERCOSUL. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 10. *Actas 1...* Santiago de Cuba: Centro de Linguística Aplicada, 2007. p. 1316-1321.